

Continuidade e mudança nos papéis das mulheres urbanas portuguesas: emergência de novas estruturas familiares¹

INTRODUÇÃO

O PROBLEMA EM ESTUDO

Como o título indica, tem o presente artigo por fim descrever a continuidade e a mudança dos papéis sociais das mulheres portuguesas urbanas. O cenário em que o tema é desenvolvido é o contexto do 25 de Abril — momento ímpar da história contemporânea portuguesa, em que profundas alterações da estrutura política afectaram todo o tecido social.

O derrube do Estado Novo permitia estudar *in loco* questões interessantes postas pela literatura ao nível mundial. Por um lado, a questão de que a noção de «feminino» é primordialmente social e só secundariamente natural (Beauvoir, 1952; Friedan, 1963; Greer, 1970; Millet, 1969; Mead, 1949, 1950). Toda esta literatura se tem concentrado na noção de que, na sociedade ocidental, o processo de socialização feminina leva as mulheres a interiorizar todo um conjunto de valores — de passividade, de submissão, etc. — que as levarão a ocupar uma posição subordinada na sociedade um dia mais tarde. Por outro lado, a noção de que a subjugação feminina deriva essencialmente da ordem capitalista (Benston, 1969; Guettel, 1974; Mitchel, 1971). Para estes autores, as mulheres têm sido relegadas para o domínio privado, da prestação de serviços à família, e somente a sua entrada na esfera pública poderia trazer uma mudança fundamental.

Portugal tinha sido governado durante quase 50 anos por uma ideologia *conservadora, reaccionária e antiliberal*. De particular interesse para o tema em estudo era a compreensão da divisão social de trabalho que o Estado Novo preconizava para a sociedade portuguesa. Segundo o ideal corporativo, a família era a unidade básica da sociedade (Marques, 1972: 181; Lucena, 1976 a: 51; Riegelhaupt, 1964: 113), cabendo à mulher e ao marido esferas de actividade separadas e independentes. A mulher devia ficar em casa e cuidar dos filhos, enquanto o marido devia sair para ganhar o sustento da família. A missão da mulher na vida era primordialmente dedicar-se à casa e aos filhos e ser uma boa doméstica, uma boa esposa e uma boa mãe. Era um mo-

* Instituto Superior de Economia.

¹ Este artigo é essencialmente um resumo, com pequenas alterações, da tese de doutoramento (Ph. D.) defendida na Universidade de Colúmbia, Nova Iorque, em 1979. A versão integral será publicada dentro em breve.

delo semelhante à mulher dos três KKK: *Kinder, Kuche, Kirche* (filhos, cozinha, igreja), de inspiração nazi e fascista.

Esta concepção do papel das mulheres na sociedade era fortemente apoiada pela igreja católica. Um importante exemplo da aliança entre o Estado e a Igreja foi a Concordata de 1940, acordo pelo qual os casamentos católicos não podiam ser dissolvidos pelos tribunais civis nem requeriam cerimónia civil². Assim, num país em que os ritos de passagem são tradicionalmente católicos³, independentemente do grau de religiosidade e de frequência regular à Igreja, o princípio da indissolubilidade do casamento professado pelos católicos tinha-se tornado sub-repticiamente obrigatório para a população portuguesa.

A protecção que a Igreja recebia do Estado manifestava-se também na proliferação dos símbolos católicos tradicionais por todo o País. O Santuário de Fátima atestava bem como o ideal feminino da Virgem Maria continuava a ser grandemente acentuado. Este fornecia às mulheres um ideal feminino de maternidade, no contexto de uma simbologia que recusa a relação sexual — a Virgem Maria é mãe sem deixar, no entanto, de ser virgem.

Contudo, não se pode olhar para o Estado Novo como um período monolítico, sem qualquer mudança social. Ao nível da situação das mulheres ia havendo, embora lenta, uma transformação. Assim, quando o processo de modernização acelerou e havia no País falta de mão-de-obra masculina, vai encontrar-se já um número considerável de mulheres que tinham ingressado no mundo do trabalho. Em relação ao total de mulheres a trabalhar encontra-se uma percentagem de 28,4% e 44,3% de mulheres empregadas, respectivamente, na indústria e nos serviços em 1960 (Agria, 1968: 110-111). Nesses mesmos sectores, o número tinha aumentado em 1970: era de 30,8% e 47,2%, respectivamente (Romão, 1976 b: 22). Assim, as mulheres estavam a passar da esfera privada para a esfera da produção.

O 25 de Abril deu, contudo, uma reviravolta nesta situação, pois proporcionou a entrada das mulheres na esfera pública, como até aí não tinha acontecido. Assim, as mulheres integraram-se nas primeiras organizações de trabalhadores que apareceram. Alguns dos movimentos associativos que se iam formando pelo País deram origem a centros de democracia directa nos locais de trabalho e as mulheres estavam aí inseridas. Deste modo, os novos organismos instauraram uma era de «poder duplo», pela constituição das organizações populares de base, que deram às mulheres a oportunidade de ultrapassar a esfera familiar, privada, e a mera participação na força laboral para, como veremos, participarem na tomada de decisões na esfera pública.

Assistia-se, assim, à coexistência de situações diversas. Uma mulher que tivesse nascido no ano em que Salazar começou a governar teria quase 50 anos no 25 de Abril. Crescera num sistema político que valorizava grandemente o seu papel privado no lar. Concomitantemente, uma nova geração de mulheres tinha começado a participar em actividades produtivas urbanas, principalmente a partir dos anos 60. E, finalmente, o 25 de Abril trouxera um processo revolucionário que permitiu às mulheres o desempenho de papéis públicos nos centros de democracia directa nos locais de trabalho.

² Esta lei transformou Portugal num dos países da Europa com mais elevado índice de ilegitimidade. Nos fins dos anos 50, Portugal era o terceiro país da Europa com mais elevado grau de ilegitimidade (Nações Unidas, 1959: 455).

³ Segundo Santos (1970: 75), de 1959 a 1966, a percentagem média dos casamentos católicos no País foi de 89,2%.

Este estudo estabelece a comparação e o contraste entre os diferentes papéis ocupacionais que as mulheres desempenhavam na sociedade portuguesa pouco depois do 25 de Abril. Mostra as características essenciais desses mesmos papéis e a sua relação com as estruturas sociais. Por último, particulariza a relação entre eles e as estruturas familiares.

MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO

Devido à escassez e ao carácter geral dos estudos acerca dos papéis das mulheres portuguesas, a investigação para este estudo teve um carácter exploratório e qualitativo (Barton e Lazarsfeld, 1969; Lofland, 1971; Katz, 1953; Selltitz, Wrightsman, Cook, 1976). Uma excelente caracterização deste tipo de investigação é apresentada por Lofland, 1971: 59, quando diz que o ponto de força do investigador qualitativo é a sua capacidade de estabelecer um rico conjunto de pormenores descritivos ordenadamente apresentados. Naturalmente, este tipo de análise emprega metodologias específicas, estruturalmente diferentes das usadas nos estudos quantitativos, no que diz respeito à recolha de material, aos modos de análise e à codificação dos dados recolhidos. Um método de investigação possível nestes estudos, e o aqui escolhido, consiste em estabelecer uma comparação sistemática de casos individuais (*case studies*), escolhidos ao acaso, e conduzir entrevistas analisadas posteriormente na base de tópicos específicos.

O material de campo reunido assentou numa comparação sistemática (Selltitz, Wrightsman, Cook, 1976; Lazarsfeld e Banton, 1965) de cinquenta e cinco casos individuais de mulheres urbanas casadas — ou com uniões consensuais —, donas de casa, empregadas e membros de organizações populares de base. O objectivo dessa comparação era duplo: por um lado, compreender as diferentes características desses papéis ocupacionais, as formas que assumiam e as variações que apresentavam; por outro lado, descobrir se os diferentes papéis desempenhados pelas mulheres afectavam as estruturas familiares e, em caso afirmativo, compreender como tal se processava.

As mulheres estudadas foram seleccionadas em duas classes sociais, a operária e a média, tendo por base as definições propostas por Dahrendorf, 1963, para estas classes. Segundo Dahrendorf, 1963: 310-318 e 321, a classe operária é composta, entre outros, por trabalhadores fabris, os chamados «colarinhos azuis» (*blue-collar workers*), e a classe média é composta por aqueles que trabalham no sector dos serviços, os chamados «colarinhos brancos» (*white-collar workers*, ou *the service class*). Esta interpretação parecia adequar-se a Portugal. Por um lado, ajustava-se às categorias do quadro n.º 24 do 11.º Recenseamento da População (Instituto Nacional de Estatística, 1970). Por outro lado, a interpretação de Dahrendorf não é significativamente diferente das que foram usadas em estudos de estratificação social em Portugal (Cruzeiro e Antunes, 1973; Nunes e Miranda, 1969; Martins, 1971; Oliveira, 1975)⁴.

Como nos estudos em que se trabalha com comparações sistemáticas há que ter em conta duas ordens de sugestões — primeiro, que os casos individuais sejam agrupados em todas as combinações possíveis de factores, a fim de poderem ser comparados (French, 1953; Katz, 1953), e, segundo, que

⁴ A fim de evitar ambiguidades na análise dos resultados, as mulheres seleccionadas que eram empregadas ou membros das organizações populares de base tinham maridos ou companheiros que pertenciam à mesma classe social, defendida essencialmente na base das suas ocupações.

apresentem um certo grau de flexibilidade, a fim de permitir o aparecimento de possíveis variações (Lofland, 1971; Selltiz, Wrightsman, Cook, 1976) —, as mulheres foram escolhidas com base em critérios preestabelecidos e só foram entrevistadas as que preenchiam, pelo menos, quatro dos cinco critérios ⁵.

Assim escolheu-se um grupo ⁶ de mulheres a entrevistar em locais de trabalho *com conflitos laborais* na área da Grande Lisboa, em 1975 e 1976. Os locais de trabalho — nos sectores de emprego seleccionados com base nas categorias do recenseamento ⁷ — foram escolhidos com base em informações fornecidas por duas fontes: o estudo de Santos, Lima e Ferreira, 1975, acerca de empresas com conflitos laborais e informações orais fornecidas pelo Ministério do Trabalho.

O instrumento de investigação usado na recolha dos casos individuais consistiu em entrevistas qualitativas, em profundidade, parcialmente estruturadas (Lofland, 1971; Merton e Kendall, 1955; Richardson, Dohrenwend e Klein, 1965). As entrevistas foram conduzidas com a ajuda de um guião de entrevista, que cobria várias áreas em estudo ⁸ e que, em vez de um conjunto rigoroso de perguntas, era principalmente um memorando de temas a investigar.

A análise das entrevistas foi feita na base de tópicos especificamente seleccionados. De acordo com Lofland, 1971, duas preocupações presidiram à sua selecção: o interesse dos tópicos em responder a questões sugeridas no plano de investigação e o material disponível por área de inquérito ⁹. A codi-

⁵ Os critérios foram os seguintes:

- 1) As mulheres deviam ter vivido com os maridos — ou companheiros — a maior parte da sua vida conjugal;
- 2) As donas de casa deviam ter sido domésticas durante a maior parte dos anos de casadas;
- 3) As mulheres empregadas deviam ter trabalhado a maior parte dos anos de casadas;
- 4) As mulheres deviam ter, pelo menos, um filho ou uma filha a viver em casa;
- 5) As mulheres deviam ter idades compreendidas entre os 25 e os 39 anos.

Como se verá adiante, estes critérios revelaram uma variação inesperada, pois as donas de casa, as empregadas e os membros das organizações populares de base possuíam diferentes graus de estabilidade conjugal. Quanto às idades destas mulheres, as donas de casa tinham uma média de 35,2 anos, as empregadas uma média de 33,5 e os membros das organizações populares de base uma média de 33,9.

⁶ As mulheres entrevistadas foram escolhidas ao acaso, de entre um grupo que preenchia os critérios acima mencionados.

⁷ O grupo de mulheres empregadas estudadas abrangeu os sectores com maior número de mulheres. No ramo fabril, os sectores eram os seguintes: têxtil, vestuário, produtos químicos, alimentação e electrónica. No ramo dos serviços, os sectores eram os seguintes: serviços pessoais, serviços sociais, empregadas de balcão, administração pública. Nos serviços sociais estavam incluídas as mulheres profissionais do estudo constituído por professoras e enfermeiras.

⁸ As áreas eram as seguintes:

- 1) Trabalho dentro e fora de casa;
- 2) Distribuição das tarefas domésticas;
- 3) Controlo das despesas domésticas;
- 4) Tempos livres;
- 5) Tomadas de decisão em casa;
- 6) Papel da mãe na socialização dos filhos;
- 7) A transmissão materna de valores às filhas e aos filhos;
- 8) O papel da mãe na educação escolar dos filhos;
- 9) As mudanças introduzidas no lar com o 25 de Abril;
- 10) Envolvimento das organizações populares de base (apenas inquirido às mulheres aí pertencentes).

⁹ Os investigadores familiarizados com o método de entrevistas em profundidade sabem que é raro que neste tipo de entrevistas o material compilado forneça respostas em todas as áreas.

ficação por tópicos do material compilado foi um processo longo e monótono. Para os diversos tópicos em análise, a discussão traz à luz os casos individuais das mulheres entrevistadas, mostrando toda a gama de comportamentos, atitudes e expectativas pessoais.

O estudo será apresentado em quatro secções: «As mulheres como donas de casa», «As mulheres como mães», «As mulheres como trabalhadoras» e «As mulheres como membros das organizações populares de base». Segue-se uma breve conclusão.

AS MULHERES COMO DONAS DE CASA

Nunca houve uma boa dona de casa que não tivesse muito que fazer.

(Salazar, *Discursos e Notas Políticas*)

Como foi referido na «Introdução», o Estado Novo destinava às mulheres um papel ocupacional específico na sociedade portuguesa: o papel de dona de casa, de doméstica. Como consequência, Portugal tinha aproximadamente 68,9% de donas de casa entre as idades de 20 e 54 anos nas vésperas do 25 de Abril¹⁰. Como Lopata, 1971: 137, define:

O papel de doméstica é um papel desempenhado por uma mulher, actual ou anteriormente casada, responsável pelo governo da casa em cooperação com todas as pessoas que beneficiam do seu trabalho ou que colaboram no processo.

O facto de o papel de dona de casa ser atribuído a uma mulher casada, uma esposa, conferia a esse mesmo papel características especiais na sociedade portuguesa¹¹. Em primeiro lugar, era um papel de prestígio para uma mulher. A dona de casa dedicava-se inteiramente ao cuidado do lar. A casa, o seu principal campo de influência, era o cenário social em que ela passava a maior parte do tempo, onde exercia a maior parte da sua actividade e onde se verificavam as suas principais relações sociais com os seus «outros significativos».

Assim, o lar surgia como o lugar ideal para se compreender a divisão de trabalho predominante na sociedade. Aí, a dona de casa encarregava-se de providenciar pelo bem-estar da família; o marido saía para ganhar dinheiro e prover às necessidades materiais, era o ganha-pão. Como diz o velho ditado português: «O homem na praça, a mulher em casa.»

Na sociedade portuguesa, a mulher tornava-se — e torna-se ainda hoje — dona de casa com o casamento, altura em que ela e o marido constituíam um lar próprio. Idealmente, o casal deveria começar a viver em casa própria a partir do casamento¹². Este aspecto é importante, pois dele deriva uma consequência relevante para a esposa — é que, enquanto dona de casa, esta gozava de uma certa independência no desempenho do seu papel.

¹⁰ 11.º Recenseamento da População, Instituto Nacional de Estatística, 1970.

¹¹ Todas as donas de casa entrevistadas eram legalmente casadas e a média de anos de casamento era de 11,9 anos.

¹² A maioria das mulheres estudadas viviam de facto em lares compostos exclusivamente pela família nuclear.

O papel de dona de casa era ao 25 de Abril um papel adstrito (Merton, 1964) às mulheres casadas. Além disso, o Estado Novo reservava à dona de casa uma competência doméstica específica, segundo a qual ela deveria realizar as tarefas domésticas¹³. Na sua aplicação prática, tal cláusula traduzia-se em que o cumprimento deste dever conjugal reforçava o princípio de divisão de trabalho entre os sexos na sociedade¹⁴.

Assim, até ao 25 de Abril, a dona de casa estava numa posição peculiar. Por um lado, gozava de um papel de prestígio social, mas, por outro, estava confinada ao domínio do lar, subordinada ao marido. A lei corroborava o velho provérbio proferido pelos homens: «Em casa quem manda é ela, mas nela quem manda sou eu.» O processo revolucionário não modificara quase nada este estado de coisas. Os vários governos no poder depois do 25 de Abril não puseram em prática uma nova política social neste domínio. Só a lei mudou — primeiro reconhecendo a igualdade conjugal, mais tarde abolindo a divisão sexual dos trabalhos domésticos —, mas entre a lei e a sua aplicação vai uma grande distância.

Esta secção discutirá três pontos principais. Primeiro, que o papel de dona de casa é um papel altamente instrumental dentro do lar, mais lato do que a função de governo doméstico a que o Estado Novo o pretendia reduzir. Segundo, que uma constelação de atitudes — tais como a direcção do orçamento familiar, a ocupação dos tempos livres e o reconhecimento do marido como chefe de família — diferencia as mulheres da classe operária e da classe média estudadas. E, finalmente, que o 25 de Abril não alterou substancialmente o papel doméstico das donas de casa nem as estruturas dos seus lares.

PAPEL INSTRUMENTAL

Em conformidade com a definição de Lopata, o papel de dona de casa tem três atributos principais: a responsabilidade do governo da casa, a orientação das actividades que essa responsabilidade implica e o trabalho doméstico em si. Governar uma casa surge como uma tarefa de elevado teor directivo, que exige algumas características dum papel ocupacional: planeamento, condução e realização da actividade de acordo com certos padrões. Assim, a dona de casa portuguesa desempenhava uma tarefa altamente directiva na sua capacidade doméstica¹⁵.

A função directiva da dona de casa exige uma íntima compreensão da natureza do seu papel e Wolf, 1966, é particularmente útil ao descrever os me-

¹³ Código Civil, artigo 1677, secção 2.

¹⁴ O reconhecimento legal do governo doméstico à mulher portuguesa surgiu pela primeira vez com as Leis da Família (artigo 39.º), promulgadas durante a República, em 1910. Na época, estas leis representaram uma inovação legal, visto o casamento ser considerado baseado num princípio de igualdade entre os esposos e esta cláusula ter aberto a primeira brecha na incapacidade legal de administração por parte da mulher. Embora não legalmente reconhecida, contudo, as donas de casa portuguesas têm dirigido o governo doméstico desde há séculos. Bons pontos de referência nesta matéria são Boxer, 1975, e D. Francisco Manuel de Melo.

¹⁵ As medidas usadas pelos sociólogos na avaliação do grau de instrumentalidade das donas de casa no lar são bastante insatisfatórias. Concentram-se na medição de questões como, por exemplo, a tomada de decisões formais, poder ou autoridade dos esposos, mas não chegam a elucidar adequadamente o que realmente se passa. Santos, 1975: 641-642, fez uso dessas categorias num estudo de famílias de jovens e obteve resultados como, por exemplo, que há decisões em comum por parte dos pais em 52,3% dos casos das tomadas de decisões familiares quotidianas. Muito oportunamente, contudo, Komarovsky, 1962: 221, chamou a atenção para as precauções a tomar no uso de tais medidas e para a necessidade de compreender em profundidade os vários mecanismos em acção.

canismos informais que actuam em qualquer sistema social. Assim, no lar português, e como vários autores têm reconhecido (Cutileiro, 1971; Duarte, 1967; Lamas, 1948; Riegelhaupt, 1964), a dona de casa tinha — e tem ainda hoje — considerável influência na resolução dos problemas do dia-a-dia. Com efeito, ela era a pessoa que dirigia a actividade diária e que superintendia na generalidade das coisas.

Em conformidade, as donas de casa estudadas gozavam de uma larga margem de autonomia no desempenho do seu papel. Por um lado, como a maior parte delas viviam em casa própria, não tinham de prestar directamente contas a pessoas de família mais velhas, como a mãe ou a sogra. Por outro lado, como o governo doméstico era considerado uma tarefa da sua competência, os maridos não interferiam no assunto. Anteriormente a 1966, esta autonomia era um «poder ilegítimo», para usar a expressão de Stinchcombe, 1968, pois não tinha suporte legal. Mas era, e continuava a ser ao 25 de Abril, um meio de «as coisas aparecerem feitas» à vontade delas.

Para além da função directiva, as donas de casa entrevistadas declaravam que a realização das tarefas domésticas envolvia uma grande quantidade de trabalho. Elas faziam tudo o que era necessário para manter a casa em condições: cozinhavam, limpavam, iam às compras, etc. No entanto, não pareciam particularmente infelizes ou descontentes com o trabalho que tinham de fazer. Consideravam que estavam em casa e que, portanto, podiam e deviam fazê-lo. E expressavam frequentemente a opinião, bastante generalizada, de que os homens portugueses não ajudavam porque não gostavam ou não tinham jeito.

Assim, a instrumentalidade das donas de casa traduz-se em que o seu trabalho é essencial para o funcionamento da sociedade, pois consiste na reprodução de serviços para a manutenção do lar e o bem-estar da família (Burns, 1975; Mitchell, 1971). Mas, numa economia de mercado capitalista, a mulher depende economicamente do marido — uma subordinação de facto — e o seu trabalho em casa é um serviço privado prestado a uma instituição privada (Benston, 1969; Engels, 1962). Assim, como vários autores sublinham, este trabalho, por não ter as características de uma profissão, tem apenas valor de uso, e não valor de troca, sendo, no entanto, um aspecto essencial da manutenção da ordem capitalista.

ADMINISTRAÇÃO DO ORÇAMENTO FAMILIAR

Parte do papel instrumental da dona de casa implicava a administração do orçamento familiar no que respeita às despesas relacionadas com a manutenção diária do lar. Já tem sido reconhecido que é a dona de casa que desempenha o papel de tesoureiro na família portuguesa (Cutileiro, 1971: 105; Duarte, 1967: 204; Lamas, 1948; Riegelhaupt, 1964). Como a manutenção diária do lar está a cargo da dona de casa, esta precisa necessariamente de dinheiro para realizar a sua tarefa. Contudo, administra dinheiro que não é ganho por ela, mas que o marido, na qualidade de ganha-pão da família, lhe fornece¹⁶.

¹⁶ O opúsculo *Economia Doméstica*, publicado em 1945 pelo Secretariado Nacional de Propaganda, dedicava todo um conjunto de normas à maneira como a mulher devia desempenhar essa tarefa. O opúsculo dizia que ela era responsável por algo que não lhe pertencia, enfatizando assim o seu papel de tesoureira, e que, se esta trouxesse dote para o casamento, nunca o deveria mencionar. Convém sublinhar que, até 1966, a lei estipulava que a administração financeira do casal repousava nas mãos do marido.

A análise das entrevistas sugere que existiam variações de classe no modo como as donas de casa administravam o orçamento familiar. Na classe operária, a mulher era a tesoureira na maior parte das vezes. Nestes casos, o marido retirava geralmente uma pequena parcela para si próprio antes de entregar o ordenado à mulher, ou ia tirando pequenas porções à medida que precisava. Na classe média, a administração do orçamento familiar era ligeiramente diferente e apresentava uma maior diversificação. Nuns casos, a mulher era considerada a tesoureira, noutros era o casal em conjunto que administrava, noutros ainda, a dona de casa recebia uma mesada do marido.

As entrevistadas falavam da dificuldade de administrar um magro orçamento familiar¹⁷. Tal situação pode ser claramente vista numa comparação da taxa de inflação e a consequente subida de preços de bens de consumo em 1974-76. O aumento salarial que beneficiou os escalões mais baixos da população em 1974 e também em meados de 1975 não correspondeu aos aumentos reais dos preços nos finais de 1975 e em 1976 (OECD, 1976; OECD, 1977). Assim, e em relação ao passado mais recente, em finais de 1975 e em 1976, a população perdia poder de compra, e esta situação afectou as donas de casa. Particularmente alarmantes para estas eram as subidas dos géneros alimentícios.

Tal subida de preços constituiu-se um factor de consciencialização política para as donas de casa depois do 25 de Abril. Grupos como o Movimento Democrático das Mulheres reuniram milhares de assinaturas pelos supermercados protestando contra a subida de preços. Para além disso, era um factor de permanente preocupação. As declarações das entrevistadas da classe operária eram particularmente veementes. Na visão de muitas delas, o 25 de Abril nada mais tinha feito do que trazer um forte aumento do custo de vida, que lhes dificultava a administração diária do lar.

AJUDAS DOMÉSTICAS

Embora, tanto antes como depois do 25 de Abril, as donas de casa portuguesas tomassem sobre si a realização das tarefas domésticas — de uma maneira muito semelhante à que a ideologia do Estado Novo preconizava —, estas recebiam ajudas variadas. A ajuda que lhes era dispensada seguia uma divisão sexual do trabalho, com actividades consideradas «femininas» e outras «masculinas». Havia três elementos principais de ajuda à dona de casa: maridos, filhos e outras mulheres (familiares ou não).

A análise das entrevistas sugere uma ajuda doméstica baseada numa divisão de trabalho diferenciada por classes e por sexos, de modo semelhante ao que se observa em estudos de outras culturas (Blood e Wolfe, 1960; Lopata, 1971; Oakley, 1974).

Quanto à ajuda feminina, quando a dona de casa partilhava actividades que ela normalmente desempenhava, esta continuava encarregada do governo doméstico e limitava-se a delegar algumas tarefas. Na classe operária, as filhas, as mães e as sogras ajudavam nos trabalhos domésticos e no tratamento dos filhos; na classe média, além desta ajuda, algumas mulheres recebiam também a ajuda de empregadas domésticas.

¹⁷ Na classe operária, o salário do marido era, em média, de 7865\$ mensais; na classe média, de 10 574\$ mensais. No entanto, como, nas famílias da classe operária, o número de membros do agregado familiar era maior, o rendimento anual *per capita* das famílias da classe média acabava por ser quase o dobro do das famílias da classe operária.

Uma comparação das ajudas do marido em casa, em ambas as classes, mostrava que, nas famílias da classe operária, as actividades do marido surgiam como complementares das realizadas pela mulher, enquanto, nas famílias da classe média, o marido realizava por vezes determinadas actividades que eram análogas às realizadas pela mulher e, portanto, consideradas femininas. Assim, entre as tarefas realizadas pelos maridos da classe operária incluíam-se as de sair com os filhos ou ajudar em reparações domésticas e pelos da classe média as de ajudar nas compras, fazer as limpezas ou cozinhar. A divisão social do trabalho em casa era, portanto, mais pronunciada nas famílias da classe operária do que nas da classe média.

TEMPOS LIVRES

Os tempos livres e o trabalho não eram necessariamente exclusivos para as donas de casa, aparecendo os tempos livres centralizados no lar e associados à realização de determinadas tarefas domésticas. A principal diferença entre trabalho e lazer parecia residir na diferença de ritmo de trabalho durante a semana e nos fins-de-semana. As actividades de lazer praticadas em casa iam desde receber parentes ou amigos, ver televisão, realizar determinadas tarefas caseiras, conversar com o marido e os filhos, ler¹⁸, etc. Uma diferença visível entre os tempos livres da classe operária e da média era o facto de nenhuma entrevistada da classe operária se referir ao facto de receber amigos em casa, enquanto na média algumas se referiram.

A análise dos dados sugere que, tal como se tem verificado noutros países (Bott, 1971; Lopata, 1971), os padrões de ocupação dos tempos livres pareciam mais diferenciados entre marido e mulher na classe operária e mais unificados na classe média. Para as donas de casa da classe operária, as actividades dos tempos livres eram mais frequentemente partilhadas com parentes chegados — filhos, sogros, pais — do que propriamente com os maridos. Na classe média podia, assim, ser detectado um ideal de camaradagem, de acordo com o qual a mulher e o marido, e igualmente os filhos, gostavam de estar em casa ou de sair em conjunto. Um maior número de donas de casa da classe operária revelavam passar mais tempo em casa do que as da classe média. Entre as actividades referidas pela classe operária contavam-se visitas à família, passear de automóvel, ir à igreja. As donas de casa da classe média mencionavam actividades como ir ao cinema, passear, visitar a família e amigos, comprar livros e sair de Lisboa.

O LAR DAS DONAS DE CASA

Ao referir-se a instrumentalidade da dona de casa no lar, realçou-se a margem de autonomia de que esta dispunha, se bem que dentro de uma relação de subordinação legal ao marido durante o Estado Novo e uma subordinação de facto depois do 25 de Abril¹⁹. Assim, em conformidade com as leis

¹⁸ Num inquérito realizado pela Norma às donas de casa em 1974, as revistas semanais mais lidas eram (por ordem decrescente de importância): *Crónica Feminina*, *Gente*, *Modas e Bordados*, *Tele-Semana*, *Flama*, *Século Ilustrado*.

¹⁹ De acordo com as leis do Estado Novo, o Código Civil estipulava que «o marido devia decidir em todos os assuntos da vida conjugal em comum» e a lei estipulava fortes mecanismos de subordinação marital por parte da mulher. Foi só depois do 25 de Abril que a Constituição de 1976 concedeu às mulheres a igualdade conjugal, tendo este princípio sido posteriormente sujeito a mais ampla regulamentação.

do Estado Novo, a maioria das donas de casa entrevistadas durante o decurso do processo revolucionário declararam que os maridos eram os chefes de família. As razões apresentadas eram o homem ser sempre o homem da casa, o ganha-pão, a figura de autoridade.

Curiosamente, a autoridade do marido parecia repousar na condição do seu sexo. Contudo, como era a esposa quem governava a casa e, em muitos casos, era o tesoureiro da família, a autoridade do marido, se bem que chefe de família, apresentava aspectos curiosos. Por um lado, o marido aparecia distante das funções de manutenção diária da casa. Mas, por outro, podia fazer ouvir a sua voz em qualquer momento. Goode, 1964: 75, chama a esse direito «autoridade negativa», ou a autoridade de impedir os outros de fazerem o que desejam. Parece, pois, existir uma diferença entre a retórica da dominação masculina (mesmo que verbalizada pela esposa) e o exercício da administração diária do lar. Conscientes desta dicotomia, alguns autores têm falado da ilusão da autoridade conjugal do marido (Cutileiro, 1971), do poder informal da mulher (Rigelhaupt, 1964), ou dos vestígios de uma sociedade matriarcal (Descamps, 1935; Moura, 1969).

Encontram-se, no entanto, diferenças entre a classe operária e a classe média. Na operária, o marido parecia mais propenso a exercer a autoridade e ocupava claramente a posição de uma figura autoritária. Na classe média, a posição da autoridade do marido não parecia tão vivamente realçada, mas mais partilhada com a esposa.

O facto de o marido como chefe de família aparecer mais marcado na classe operária do que na classe média, juntamente com os padrões de vida familiar já descritos nas secções anteriores — segundo os quais, o casal da classe média passava mais tempo livre em conjunto e o marido tendia a ajudar nas actividades domésticas consideradas femininas e a partilhar mais a administração das finanças familiares —, aponta para uma estrutura familiar levemente diferente nas duas classes. Como alguns autores (Etheridge, 1974; Stinchcombe, 1968) afirmam, «a construção social do ambiente familiar» aparece-nos diferente nestas duas classes.

Na classe operária, a polarização de papéis entre marido e mulher vai ao ponto de as duas figuras parecerem entidades separadas, cujo elo principal era partilharem a mesma casa. Nas famílias da classe média, o elo entre o marido e a mulher parecia ser mais o de um casal imbuído por um ideal de camaradagem. Assim, enquanto, na classe operária, o elo conjugal se manifestava de uma maneira mais fraca, na classe média, o laço surgia-nos mais forte. Em consequência deste modelo, os maridos da classe média pareciam penetrar mais no domínio tradicional da esposa, o lar. De um modo geral, a análise dos dados recolhidos coincide com a noção de relações conjugais «segregadas» e «unidas» de Bott, 1971, as primeiras mais características da classe operária, as segundas mais características da classe média.

AS MULHERES COMO MÃES E EDUCADORAS

Quem tem uma mãe tem tudo,
Quem não tem mãe não tem nada.

Com três letras apenas
Se escreve a palavra mãe,
Que é das palavras pequenas
A maior que o mundo tem.

(Ditados populares portugueses)

No papel de mães e educadoras, as donas de casa portuguesas desempenhavam, e desempenham ainda hoje, um importante papel na socialização dos filhos²⁰. Transmitem-lhes valores, atitudes, normas de conduta, resumindo, todo um conjunto de regras que fariam deles membros adultos da sociedade (Berger, 1963, Berger e Luckman, 1967; Clausen, 1968). Durante o Estado Novo, o papel de mãe era altamente enaltecido, apesar do facto de ser legalmente um papel secundário em relação ao do pai²¹. Com o 25 de Abril, a situação legal da mãe em relação ao pai sofreu uma mudança e os dois passam a estar em pé de igualdade²². Contudo, o papel da mãe no processo de socialização parecia ter sofrido poucas ou nenhuma alteração.

Apesar da decrescente taxa de natalidade e da existência de grande número de filhos únicos²³ (nascidos de mães ainda bastante jovens), poderosos mecanismos apoiados pela igreja católica davam ênfase ao papel de mãe durante o Estado Novo. Dois destes mecanismos tinham a ver com as restrições postas ao uso generalizado de contraceptivos e com a impossibilidade de realizar abortos legalmente. Como será discutido à frente, tinham ainda que ver com o simbolismo cultural que a Virgem Maria representava.

Nesta secção serão discutidos três pontos principais. O primeiro é que, independentemente da classe social, as mães desempenhavam um papel concomitantemente instrumental e expressivo para com os filhos, ficando a coacção principalmente para o pai. Segundo, mostra-se como as mães levavam a cabo um processo de socialização diferencial consoante o sexo dos filhos. Terceiro, a secção mostra que as mães desempenhavam tradicionalmente um papel instrumental na instrução dos filhos, mas que o 25 de Abril testemunhou a passagem desse papel para o pai no âmbito da escola secundária.

PAPÉIS INSTRUMENTAIS E EXPRESSIVOS

Como mães, as donas de casa desempenhavam papéis concomitantemente instrumentais e expressivos e consideravam o seu papel insubstituível. Como autores têm referido (Lourenço, 1976. Poinard, 1912), enquanto os

²⁰ As mulheres estudadas nesta secção são as mesmas que foram consideradas na secção anterior, mas agora estudadas no desempenho do seu papel de mãe.

²¹ Legalmente, a mãe tinha apenas uma voz consultiva na educação dos filhos, sendo o pai o único a exercer o poder parental na qualidade de chefe de família.

²² O Código Civil apresenta inovações importantes no que diz respeito à posição das mães perante a maternidade em 1977. Primeiro, as mães exercem o poder parental em igualdade de circunstâncias com os maridos (artigo 1878.º). Segundo, as mães casadas e solteiras têm na prática os mesmos direitos legais (artigos 1976.º e segs.).

²³ As taxas de natalidade decresceram em Portugal durante o Estado Novo e a tendência continuou após a sua queda. De 30% em 1929-32 (Nazareth, 1979: 903) desceu para 19,9% em 1970 e para 18,6% em 1977 (Instituto Nacional de Estatística, 1978: 4). De acordo com esta tendência, a maior percentagem de mães no País tinha apenas um único filho — 26,8%.

filhos²⁴ são pequenos, há entre mães e filhos um forte laço emocional e a educação nesta fase é das menos repressivas que se pode testemunhar. Enquanto crescem, os filhos são considerados os companheiros «naturais» da mãe em ambas as classes sociais. As mães saem na sua companhia, sendo eles considerados a sua salvaguarda quando os homens as olham na rua. Mães e filhas tornam-se confidentes quando estas últimas são ainda bastante novas. O contacto entre as mães e os rapazes pequenos aparece significativamente expressivo.

O laço estreito entre as mães e as crianças verificado através das entrevistas realizadas criava, contudo, dificuldades para a mãe no seu papel disciplinar. Assim, o papel disciplinar ou era delegado no pai ou desempenhado pela mãe em nome deste²⁵.

No entanto, a atitude expressiva da mãe parecia sofrer consideráveis alterações durante a infância dos filhos, particularmente a partir do «período inventivo do desenvolvimento» (Erikson, 1963: 260), altura em que as crianças desenvolvem o sentido da iniciativa. Nessa altura, os mimos pareciam dar lugar à exigência de determinado comportamento que pode ser considerado mais «orientado para o exterior» do que «orientado para o interior». Assim, a partir desta idade, e de acordo com as entrevistas realizadas, a educação portuguesa não parece orientada no sentido da auto-expressão ou da autodisciplina, mas parece assentar profundamente no uso de controlos externos²⁶. Nas duas classes sociais — mas talvez de forma mais marcada na classe operária²⁷ —, os valores frequentemente referidos como desejáveis para os filhos de ambos os sexos eram obediência, humildade, compreensão, serem bem educados, bem comportados, não ripostar e não mentir.

A mãe desempenhava um papel ligeiramente diferente na classe operária e na classe média devido às estruturas familiares descritas no capítulo anterior. Assim, na classe operária, o laço existente entre mães e filhos era mais forte e ligeiramente independente da figura do pai. Na classe média, a união entre mulher e marido não originava de forma muito clara um laço estreito entre mães e filhos. Assim, e de acordo com a sugestão de Kohn (1969: 125) de que as mães da classe operária dão mais apoio aos filhos do que os pais, as mães nesta classe desempenhavam frequentemente o papel de intermediárias entre os filhos e os pais.

Ainda por alturas do 25 de Abril, as mães donas de casa estudadas exerciam uma socialização diferencial activa para com os filhos, relacionando-se de modo diferente com eles consoante o seu sexo, instilando-lhes qualidades diferentes e realçando comportamentos diversos. Elas estavam conscientes desse facto, mas consideravam que ele representava a base racional de uma boa educação, e não era uma questão a ser alterada. Para as mães portu-
gue-

²⁴ A média de idade destas crianças é a de 9,3 na classe operária e de 7,1 na classe média. A maioria das crianças frequentavam escolas primárias oficiais, onde só podiam estar parte do dia.

²⁵ Como autores têm sugerido para outras culturas (Coser, 1964:374), os pais portugueses pareciam considerar que a educação dos filhos era da responsabilidade da mulher e não se intrometiam nos pormenores da vida diária destes. Assim, os pais eram predominantemente — embora não exclusivamente — figuras autoritárias e especializavam-se na coacção. Esta figura de autoridade do pai era mais marcada na classe operária que na média.

²⁶ Bater nos filhos, atitude que Cutileiro (1971) define como parte integrante da educação portuguesa, era um desses controlos exteriores.

²⁷ Kohn (1959 a, 1959 b, 1962) explica que, na classe operária, a inculcação de valores assenta essencialmente no conformismo gerado pelas condições de vida dessa classe, que leva a desenvolver concepções diferentes da realidade social e do comportamento desejado para os filhos.

sas, uma boa educação consistia em ter em conta a existência de características sexuais inatas de cada filho. Desse modo, o tratamento diferente dos filhos consoante o sexo era, na verdade, considerado um tratamento igual.

SOCIALIZAÇÃO DAS FILHAS

Por princípio, as raparigas portuguesas deviam seguir um modelo de comportamento bem definido — serem boas donas de casa, boas esposas, boas mães. As raparigas aprendiam desde cedo as qualidades instrumentais requeridas para o desempenho adequado desses papéis. Assim, as mães contribuíam de modo fundamental para transmitir às filhas os conceitos de domesticidade a que elas próprias se submeteram toda a vida. No que diz respeito à transmissão desses valores, o grupo das donas de casa entrevistadas não apresentava diferenças substanciais nas duas classes sociais. Tanto as mães da classe operária como as da classe média colocavam ênfase nas mesmas normas de conduta social. Poderia haver diferenças de grau na transmissão dessas normas, mas não diferenças substanciais de conteúdo.

Segundo as entrevistas, a transmissão das normas de conduta levava muitos anos a processar-se e, idealmente, só terminava quando a rapariga deixava a casa dos pais para se casar e constituir família. Quando as raparigas chegam, porém, à adolescência, o processo de socialização atinge o clímax, pois é nessa idade que as raparigas começam a namorar. Durante o namoro, a rapariga tem a sua primeira oportunidade de exibir algumas qualidades que mostram que ela pode vir a ser mais tarde uma mulher séria. A este propósito parece pertinente distinguir entre duas normas ideais de comportamento que as mães dos países católicos²⁸ — particularmente em Portugal — transmitiam às jovens: castidade e virgindade.

Ser casta era uma qualidade especificamente feminina que envolvia três pré-requisitos: pudor, decência e asseio. Uma rapariga que os exibisse estava no bom caminho — era recatada. A rapariga que tinha um namorado já podia exibir estas características — uma certa posição de olhos, uma certa afectação em evitar contactos físicos²⁹. Assim, e especialmente as raparigas da classe média, deviam andar limpas, asseadas e compostas quando saíam e cultivar uma certa *coquetterie*. A rapariga que durante o namoro cultivasse este comportamento — o comportamento duma mulher decente — teria uma forte probabilidade de se manter afastada de mexericos, as chamadas bocas do mundo.

O ideal da virgindade é uma outra questão. Idealmente, a virgindade pré-matrimonial era considerada a melhor garantia que a rapariga podia oferecer, porque mostrava que ela não tinha propensão para a infidelidade. Ainda era do consenso geral que, se a rapariga preservasse a sua virgindade até ao casamento, seria mais tarde uma esposa fiel por não ter criado maus hábitos.

²⁸ A este respeito, a influência da igreja católica parece fundamental. A Igreja apresenta o único símbolo de «bom» comportamento feminino no mundo ocidental na figura da Virgem Maria. A Virgem é virgem e mãe, e este símbolo só à primeira vista parece contraditório. Assim, é da tradição que as culturas católicas dêem uma grande ênfase à actualização da sexualidade feminina através da maternidade, embora a virgindade permaneça também um ideal da mulher adulta.

²⁹ As mães vigiavam atentamente o período de namoro das filhas e um modo de o fazerem era evitar que elas saíssem sozinhas à noite. Lima (1979: 647) mostra, no seu estudo de estudantes de liceu, que, em 58,1% dos casos, as raparigas não tinham licença dos pais para sair sozinhas, excepto durante o dia.

Contudo, como alguns autores têm referido (Cutileiro, 1971: 96; Willems, 1955: 10), os costumes são brandos no respeitante a relações pré-matrimoniais se o jovem casal se casar após o acto consumado e os pais — particularmente o pai — não se opuser firmemente à escolha da filha.

Seria profundamente errado, no entanto, pensar que as mães apenas procuravam transmitir às filhas o culto das «virtudes femininas» como acima referidas. Particularmente na área de Lisboa, o processo de modernização em curso desde o último período do Estado Novo levava as mães a desejarem que as filhas tivessem uma vida melhor — tanto do ponto de vista qualitativo como quantitativo. Novos valores como a instrução, uma ocupação, uma profissão, maior segurança financeira, na medida em que não colidíssem com aspectos essenciais da feminilidade, eram considerados pelas donas de casa como desejáveis para as filhas. Assim, no processo de socialização, novas perspectivas como um emprego e uma educação eram cada vez mais consideradas como vias de mobilidade social ascendente.

SOCIALIZAÇÃO DOS FILHOS

A socialização que a mãe exercia sobre os rapazes constituía um processo que, embora gratificante para ela, era complexo em termos da formação da identidade masculina. Os filhos passavam a maior parte dos anos pré-escolares na companhia da mãe ou de uma figura feminina substituta. Quando iam para a escola, eram ensinados por mulheres, e não por homens³⁰. E, embora educados por membros do sexo oposto, a formação da sua identidade implicava a interiorização de normas de conduta e a adopção de um comportamento característico do sexo masculino.

O elo emocional entre mães e filhos aparecia altamente expressivo, terno e afectuoso, provavelmente superior, como alguns autores já referiram (Cutileiro, 1971: 112-113; Lourenço 1976: 145; Poinsard, 1912: 51), ao que as mães manifestavam em relação às filhas. Era uma relação emocional cujo simbolismo cultural se parecia alicerçar na relação entre a Virgem Maria e o seu Filho. Em termos de vida diária, as relações das mães com os filhos proporcionavam um laço estrito com o sexo oposto, numa cultura em que uma mulher «séria» só deve conhecer um homem, o marido, durante toda a sua vida. Além disso, sob um código social que prescrevia uma estrita diferenciação entre a territorialidade dos sexos, o filho estava no território da mãe, numa relação em que indiscutivelmente quem controlava e dirigia o comportamento do filho era ela.

Nas duas classes sociais estudadas, a alusão frequente à figura do pai como a figura de autoridade, em cujo nome as mães se faziam obedecer, parecia originar sentimentos de medo do filho em relação a este, dificultando ainda mais o processo de identificação masculina. E, assim, em conformidade com a estrutura familiar descrita para a família da classe operária e o papel de autoridade do pai nesta, o papel da mãe como intermediária entre o pai e os filhos parecia distanciar ainda mais os rapazes da classe operária dos seus pais. Mais uma vez, esse papel apresentava fortes paralelos com o papel de intercessora (Warner, 1976: 273-332) que a Virgem Maria representa como modelo cultural feminino.

³⁰ Em 1975, 72,3% do número total dos professores do Pais eram mulheres, 91,3% nas escolas primárias e 67,7% no ensino preparatório (Romão, 1978: 66-67).

Num país em que os papéis sexuais são tradicionalmente rigidamente larizados, a participação do pai nos cuidados dos filhos poderia proporcionar uma possibilidade de identificação masculina. Outra ocasião, proporcionada durante os tempos livres, parecia ser quando os pais entretinham os filhos em casa ou os levavam ao café. Mas, provavelmente, ainda mais importante era a altura em que os pais começavam a levar os rapazes ao futebol. Tal ida parecia assinalar o primeiro rito de passagem dos rapazes portugueses, a entrada na clique masculina no seio de uma multidão predominantemente constituída por homens.

EDUCAÇÃO ESCOLAR DOS FILHOS

Como é bem conhecido, durante o Estado Novo o País possuía um sistema educativo altamente centralizado, autoritário e elitista, em que toda a política educacional era gerida pelo Ministério da Educação em Lisboa. Assim, num país com uma percentagem considerável de analfabetos, a escola não requeria a participação das famílias na educação das crianças. As mães desempenhavam tradicionalmente um papel instrumental em relação à educação escolar dos filhos — tão instrumental como o papel que desempenhavam nos cuidados quotidianos a estes ministrados. No grupo de mães estudadas eram estas que faziam o elo de ligação entre a família e a escola, embora o pai fosse considerado o encarregado de educação. Eram elas que tratavam das matrículas dos filhos, que os levavam à escola no primeiro dia de aulas, etc. A seguir ao 25 de Abril, as queixas das mães em relação ao ensino básico eram inúmeras: referiam-se à descida da qualidade do ensino, à fluidez do currículo escolar, ao absentismo e desinteresse dos professores.

Em ambas as classes sociais, as mães entrevistadas mostravam um notável interesse pela educação dos filhos. Este interesse — não é de mais frizar bem — estendia-se tanto aos rapazes como às raparigas. À primeira vista, e dado o baixo nível de escolaridade das entrevistadas — uma média de 3 anos na classe operária e 7,6 na média —, este interesse poderia parecer surpreendente. No entanto, a subida das expectativas sociais da população da área de Lisboa poderá proporcionar uma explicação satisfatória. E, assim, sem quaisquer conhecimentos dos actuais debates em sociologia da educação (Banks, 1976; Bereday, 1964; Bourdieu e Passeron, 1964; Bowles e Gintis, 1976), estas mulheres viam a educação como uma via certa para a respeitabilidade, a ascensão social e o êxito pessoal. Para elas, os cursos superiores apareciam como algo que é bonito possuir, como uma espécie de ornamento para o possuidor.

Embora a maioria dos filhos das donas de casa entrevistadas frequentassem a escola primária, em alguns casos frequentavam o ensino secundário liceal. Com o 25 de Abril, os liceus transformaram-se em centros de intensa discussão política respeitante aos objectivos da educação na construção de um novo tipo de sociedade. Partidos situados à direita do espectro político apoiavam as associações de pais, um movimento que, «ao defender a primazia da família na educação dos filhos», procurava essencialmente contrabalançar a influência de grupos comunistas no Ministério da Educação. Mas o que foi curioso foi observar a deslocação do papel instrumental da mãe na educação escolar dos filhos, para uma atitude mais comprometida dos pais, particularmente dos pais da classe média. O interesse dos pais podia resultar, em parte, do modelo de partilha de decisões característicos da classe média e, em parte, do mais elevado nível de instrução destes pais em relação às

mães³¹. Mas quaisquer que sejam as razões, era curioso verificar que, quando a educação escolar dos filhos passou a envolver a discussão de questões sociais mais amplas, a mãe tendia a perder a sua anterior instrumentalidade como elo de ligação entre a família e a escola e passava a ser o pai o representante da família no exterior.

AS MULHERES COMO TRABALHADORAS

O trabalho é para o preto.

(Ditado popular português).

Dado que a posição de dona de casa era uma posição privilegiada para as mulheres portuguesas, ao 25 de Abril não era de surpreender que estas gozassem de uma posição inferiorizada na força do trabalho. As mulheres portuguesas que trabalhavam fora de casa podiam ser verdadeiramente consideradas um grupo minoritário. De acordo com Hacker (1952: 60), um grupo minoritário é «um grupo de pessoas que, devido às suas características físicas ou culturais, são segregadas das outras na sociedade em que vivem por um tratamento diferencial e injusto».

Portugal oferecia um bom exemplo do duplo padrão de trabalho feminino — a sua diferente avaliação dentro e fora de casa. Vejamos os números. No primeiro período do Estado Novo, as mulheres foram ficando progressivamente confinadas à casa. Havia 27,1% de mulheres na força do trabalho em 1930, 22,7% em 1950 e 18,2% em 1960 (Miranda, 1975; Silva, 1970: 172)³². Contudo, de 1960 a 1970, a força laboral feminina aumentou consideravelmente. Nesta década, a percentagem da população feminina na força de trabalho subiu de 18,2% para 26,2 (Oliveira, 1966: 10 e 29-30; Romão, 1976 b: 3-4). Além disso, fontes governamentais previam o seu aumento substancial à medida que a década se aproximasse do fim.

São muitas as razões do aumento da força laboral feminina a partir dos anos 60. O processo de modernização em curso originou a rápida expansão da indústria e serviços e trouxe novas oportunidades (Figueiredo, 1975; Martins, 1968). Uma onda de emigração fez sair do País à volta de 1 milhão de pessoas — na maior parte, homens na primeira fase (Ferreira, 1976: 89; Martins, 1971). De igual modo, as guerras coloniais fizeram sair milhares de homens do País. Contudo, quando o 25 de Abril trouxe consigo uma grande convulsão social, a grande onda de desemprego que o País sofreu atingiu principalmente as mulheres. Em termos absolutos, havia 10 564 mulheres desempregadas em Dezembro de 1973, 23 320 em Dezembro de 1974, 50 396 em Dezembro de 1975 e 56 723 em Março de 1976. Avalia-se também que o desemprego continuaria a subir em 1976 (OECD, 1976; OECD, 1977; Romão, 1976 a).

Já foi sugerido (Lourenço, 1978) que o trabalho nunca foi uma experiência libertadora para os Portugueses e por isso não haveria razões para crer que as mulheres deveriam constituir uma excepção. Contudo, mostra-se

³¹ O nível médio de escolaridade dos pais da classe média era de 9,7 anos, enquanto o das mães era de 7,6 anos.

³² Devido a alterações nos princípios classificativos adoptados pelos recenseamentos da população nestas décadas, é difícil avaliar o verdadeiro declínio das mulheres a trabalhar apenas na agricultura. A categoria domésticas/agrícolas — mulheres que simultaneamente eram donas de casa e trabalhavam no campo — não pode ser diferenciada, especialmente depois de 1940.

aqui a especificidade da situação do trabalho feminino. Em primeiro lugar discute-se que a posição das mulheres tem sido particularmente desprivilegiada. Segundo, que a experiência de trabalho é recompensadora para as mulheres profissionais — uma minoria no País —, enquanto, para a classe operária e para as mulheres da classe média que apenas executam uma ocupação, o trabalho aparece principalmente como um meio de ajudar ao sustento familiar. Terceiro, esta secção mostra que o papel de ganha-pão que a mulher desempenha não parece ter contribuído para a modificação das estruturas familiares, nem, mais especificamente, ter dado às mulheres empregadas uma posição estruturalmente diferente no lar. Assim, a classe social — e não o emprego — parece ser a variável significativa na explicação das diferenças nas estruturas familiares.

A SITUAÇÃO DESPRIVILEGIADA DAS MULHERES EMPREGADAS

Depois do 25 de Abril, a situação desprivilegiada das mulheres empregadas, herdada do Estado Novo³³, continuou a manter-se, apesar dos princípios de igualdade legais estabelecidos na Constituição de 1976. Vejamos alguns aspectos da diferente situação de trabalho entre mulheres e homens durante o período em estudo.

Por volta de 1970, a força laboral feminina apresentava características específicas: a maior concentração etária situava-se num grupo jovem — 45,7% pertencia ao grupo etário dos 15 aos 19 anos e 46,3% ao grupo etário dos 20 aos 24. A maioria das mulheres trabalhadoras não eram casadas — 53,7% eram solteiras, 9,0% eram divorciadas ou separadas, 0,6% eram viúvas e apenas 36,7% eram casadas (Romão, 1976 b). Para além disso, as mulheres solteiras tinham um baixo grau de formação profissional — 55,5% eram trabalhadoras manuais ou não qualificadas (Romão, 1976 b: 20).

Ainda em 1970, e comparando com os homens, as mulheres ocupavam 26,2% dos postos de trabalho na indústria e 33,9% dos postos de trabalho nos serviços (Romão, 1976 b). Contudo, representavam 32,7% dos trabalhadores não especializados da indústria (Romão, 1976 b: 65). No sector dos serviços, nas profissões liberais e científicas, havia quase o mesmo número de mulheres que homens — 42,5% —, mas estas profissões incluíam as tradicionalmente femininas, como o ensino e a enfermagem. Para além disso, nestas mesmas profissões, as mulheres representavam apenas 0,1% dos quadros superiores (Romão, 1976 b: 35-37). Igualmente, a maioria das trabalhadoras — 80,8% — eram trabalhadoras por conta de outrem e apenas 0,8% eram patrões (Romão, 1976 b: 46).

Foi curioso verificar que o baixo nível atribuído ao trabalho feminino continuou depois do 25 de Abril. As discriminações salariais eram um caso digno de menção³⁴. Em Setembro de 1974, por exemplo, as mulheres ganhavam uma média de 64,3% dos salários dos homens. Por exemplo, no sector

³³ Esta discriminação era visível a vários níveis. Até 1969, o trabalho das mulheres e dos menores era considerado em conjunto. As casadas estavam sujeitas a discriminações especiais: de acordo com o Código Civil, os maridos podiam denunciar os contratos das mulheres com base nas chamadas «razões ponderosas» (artigo 1676.º) e as mulheres necessitavam da autorização dos seus maridos para exercer actividades comerciais (artigo 1686.º).

³⁴ A discriminação salarial era vulgar durante o Estado Novo. Em 1955, Portugal assinara a Convenção n.º 100 da OIT, que determinava salário igual para trabalho igual. Mas as várias leis aprovadas neste sentido foram, na prática, ineficazes.

industrial, o salário médio masculino era de 5885\$, enquanto o salário médio feminino era de 3783\$. Assim, as mulheres ganhavam menos 2102\$ do que os homens no mesmo género de trabalho (Romão, 1977).

Em sincronia, os inúmeros contratos de trabalho firmados logo a seguir ao 25 de Abril demonstravam ainda uma aberta diferenciação entre mulheres e homens recorrendo a vários artificios. Um era o de estabelecer dois nomes diferentes, consoante as actividades se destinavam a ser preenchidas por uns ou por outros. A principal consequência disto era que os salários das mulheres continuavam a ser mais baixos. E uma outra era que os contratos especificavam categorias que estavam vedadas às mulheres.

Enquanto, antes do 25 de Abril, os trabalhadores não tinham meios apropriados para expressar o seu descontentamento, depois desta data, as diferenças de tratamento entre mulheres e homens no mundo do trabalho passaram a ser indesculpáveis. O País passou a ter sindicatos com poder de negociação real, que participavam nas negociações dos contratos laborais para os vários sectores de emprego. Assim, as diferenças de tratamento entre as mulheres e os homens só podiam ser explicadas pelo facto de as mulheres estarem deficientemente representadas nesses organismos e não lutarem pelos seus direitos ^{35, 36}.

AS MULHERES EMPREGADAS NO TRABALHO

Para as mulheres da classe operária entrevistadas, o trabalho na fábrica era essencialmente um meio de ganhar a vida e de contribuir para as despesas domésticas. Na pequena margem de possibilidades que oferecia, este trabalho — ainda que não qualificado ³⁷ — era considerado um passo no sentido da mobilidade ocupacional ascendente. Era trabalho dentro de casa, não sujeito aos rigores do tempo, que proporcionava um salário fixo e um horário regular. Contudo, uma vez na fábrica, a promoção era praticamente nula e o trabalho consistia na execução diária de tarefas rotineiras. Imediatamente após o 25 de Abril, estas mulheres apareciam como os principais beneficiários do processo revolucionário em curso ³⁸.

As experiências de trabalho das mulheres da classe média entrevistadas eram mais diversificadas. Neste grupo, as mulheres profissionais achavam o trabalho emocionalmente compensador, intelectualmente estimulante e uma boa fonte de receitas ³⁹. A ida para o trabalho implicava um misto de obrigação e prazer. No entanto, a experiência de trabalho das mulheres não profissionais era muito diferente. Estas deviam o seu trabalho à expansão do sector terciário do emprego — o dos serviços —, que ocorreu durante o último

³⁵ E, na verdade, era este o caso. Num inquérito realizado em 1975 pela Comissão da Condição Feminina verificou-se que as mulheres de sindicatos com uma maioria de trabalhadoras não participavam geralmente nos seus órgãos directivos; e, mesmo quando isso acontecia, se faziam parte dos corpos directivos, ocupavam geralmente posições secundárias.

³⁶ Esta situação está hoje mais amenizada, em parte devido à criação da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

³⁷ As operárias tinham uma média de 3,9 anos de escolaridade e ganhavam um salário médio mensal de 4530\$.

³⁸ As medidas legais que estabeleceram o salário mínimo legal aumentaram-lhes substancialmente os ordenados, que chegaram por vezes a atingir o triplo do salário anteriormente recebido. Contudo, como será discutido na secção que trata do desemprego, à medida que o processo revolucionário evoluiu, esse aumento veio a revelar-se uma vantagem discutível em termos de segurança de emprego.

³⁹ As mulheres profissionais estudadas tinham um curso superior e um salário médio mensal de 10 300\$.

período do Estado Novo. As razões apresentadas para estas mulheres começarem a trabalhar incluíam um misto de desejo de ganhar a vida e cansaço em relação aos estudos. Mas a posição subordinada que estas mulheres tinham na hierarquia laboral significava que as possibilidades de promoção eram bastante pequenas e que o seu trabalho era pouco remunerado e de baixo prestígio ⁴⁰. Como Dahrendorf (1963) afirma, estas mulheres — e as entrevistadas não eram excepção — constituem uma nova classe média, recrutada numa camada mais baixa do ponto de vista social e económico, e são elementos essencialmente conservadores.

De um modo geral, as mulheres da classe operária e da classe média entrevistadas divergiam quanto ao desejo de continuarem a trabalhar. Assim, enquanto as operárias manifestavam o desejo de voltar para casa e ser apenas donas de casa, as da classe média pareciam mais inclinadas a não transferir integralmente para a família o seu empenho e dedicação social ⁴¹. Uma possível explicação é o tipo de trabalho em que estavam envolvidas — repetitivo, rotineiro e sem perspectivas. Assim, as mulheres operárias pareciam mais facilmente seduzidas pelo «mandato cultural» (Coser e Rokoff, 1967; Epstein, 1970) que prescreve que o lugar da mulher é em casa ⁴².

As mulheres da classe média, no entanto, pareciam mais divididas entre a casa e o local de trabalho. Como Coser e Rokoff (1967) afirmavam, o seu papel ocupacional aparecia como mais legítimo aos seus olhos. Embora estas mulheres também afirmassem que apreciavam os prazeres da domesticidade, tanto para as entrevistadas pertencentes ao grupo profissional como para as do grupo não profissional, o trabalho tinha aspectos positivos. Permitia uma maior segurança económica, oportunidade de conhecer pessoas e, mais tarde, os benefícios da reforma. Não quer dizer que estas mulheres não desejassem idealmente voltar para casa, mas o retorno, por si só, não aparecia tão apazível como para as operárias.

AS MULHERES EMPREGADAS EM CASA

Três áreas principais da vida familiar das mulheres empregadas serão aqui examinadas. A primeira diz respeito à questão de o emprego da mulher poder alterar o modelo de autoridade masculina no lar, libertando-a da subjugação marital tradicional. A segunda diz respeito à questão de saber se o acesso da esposa a recursos económicos constitui um elemento de mudança na relação conjugal e tem contribuído para um maior grau de igualdade entre os esposos. A terceira põe a questão de saber se o emprego da esposa contribui para alguma mudança na divisão de trabalho dentro do lar, originando uma maior participação do marido nas tarefas domésticas.

O modelo de autoridade masculina permanecia inalterado no lar das mulheres empregadas entrevistadas e acompanhava as distinções de classe estabelecidas para os lares das donas de casa. Assim, na classe operária, a maior parte das mulheres reconheciam o marido como chefe de família, subscre-

⁴⁰ As mulheres da classe média não profissionais tinham uma média de 7,6 anos de escolaridade e um salário médio mensal de 6291\$.

⁴¹ Esta verificação é confirmada por vários autores que investigaram este problema na sociedade portuguesa (Almeida, 1967; Cruz, 1976; Duarte, 1967).

⁴² Por razões de espaço, será deixado de lado o papel das mulheres empregadas como mães. No entanto, a análise das entrevistas sugere que estas transmitiam aos filhos atitudes e valores idênticos aos das donas de casa anteriormente consideradas. O problema de ter de deixar os filhos com outras mulheres constituía decisão específica para estas mulheres. A média de idade dos filhos das mulheres empregadas era de 6,6 anos e de 8,2, respectivamente, na classe operária e na classe média.

vendo a mesma retórica de domínio masculino que as donas de casa entrevistadas.

Quanto ao ordenado auferido, a maior parte das mulheres empregadas entrevistadas declaravam que gastavam o seu ordenado no governo da casa⁴³. Assim, as mulheres empregadas consideravam o ordenado que traziam para o lar mais como dinheiro da família e da casa do que delas próprias. Diversos estudos em outros países confirmam estes resultados (Cornaz, 1964; Blood e Hamblin, 1958), de que o ordenado não parece constituir um meio directo de progressão no sentido da igualdade conjugal. Contudo, estas mulheres tiravam, naturalmente, vantagens financeiras do facto de trazerem dinheiro para casa, sendo uma delas as maiores possibilidades económicas de todo o agregado familiar, que, evidentemente, as beneficiava também.

No que diz respeito à divisão do trabalho no lar, as mulheres empregadas gozavam de uma situação diferente da das donas de casa, que, no entanto, não significava uma divisão igual de trabalho entre mulher e marido. Se bem que, em comparação com os maridos, elas executassem a maior parte dos trabalhos domésticos, recebiam uma considerável ajuda de outras mulheres. Essas mulheres eram parentas próximas que viviam ou não no agregado familiar, empregadas domésticas ou mulheres a dias. Uma comparação da ajuda prestada por parentes do sexo feminino que viviam no lar com a ajuda prestada por empregadas era bastante reveladora. Mostrava que as mulheres empregadas viam por vezes em risco a sua posição de donas de casa quando as parentas que viviam com elas tendiam a apoderar-se do governo doméstico. Tais situações davam por vezes origem a conflitos respeitantes à supremacia doméstica. A ajuda paga não envolvia os mesmos problemas. Como esta ajuda consistia numa mera delegação de tarefas, as mulheres empregadas podiam mais facilmente reconhecer e aceitar a sua importância sem pôr em jogo o seu papel.

Temos assim uma constelação familiar das mulheres empregadas em que, para empregar o termo de Young e Willmott (1973), a família é «simétrica» no sentido em que os cônjuges contribuem para o rendimento do agregado familiar, mas não é «simétrica» no que diz respeito à noção de cabeça-de-casal ou à distribuição das tarefas domésticas.

O DESEMPREGO DAS MULHERES DEPOIS DO 25 DE ABRIL

O 25 de Abril trouxe consigo um elevado índice de desemprego feminino ao País^{44, 45}. Para uma força de trabalho total de aproximadamente 3,5 mi-

⁴³ Durante o Estado Novo, o marido era, na qualidade de chefe de família, o administrador dos bens do casal, inclusivamente dos proventos que a esposa auferisse de uma ocupação remunerada. Foi só depois de 1966 que as empregadas puderam passar a administrar os seus salários. No entanto, o Código Civil (artigo 1678.º) estabelecia que a esposa devia contribuir para as despesas do lar. Esta situação foi radicalmente alterada a seguir ao 25 de Abril, cabendo agora a cada cônjuge a administração do ordenado que recebe pelo seu trabalho.

⁴⁴ A discussão aqui apresentada foca apenas o desemprego resultante de despedimentos, deixando de fora os problemas de uma economia em que novos postos de trabalho não apareceram quando aumentou a procura. Esta situação afectou particularmente mulheres jovens que, devido à subida do salário mínimo nacional, procuravam um primeiro emprego em 1974-75. Assim, enquanto, em Julho de 1973, 3066 mulheres procuravam um primeiro emprego, o número subiu para 4538 em 1974 (Romão, 1977: 16).

⁴⁵ O *Inquérito Permanente ao Emprego*, que apareceu pela primeira vez ao público em 1979, apresenta números que diferem dos que aqui se indicam. No entanto, tal inquérito apresenta problemas de amostragem que os especialistas não consideraram satisfatoriamente resolvidos e que só o próximo recenseamento poderá clarificar.

lhões, de que cerca de 26,2% eram mulheres, havia 12 659 mulheres desempregadas em Julho de 1974 (Romão, 1977: 9), o que representava uma percentagem de 42,2% do número total de inscrições no Serviço Nacional de Emprego. Destes, 1633 resultavam de despedimentos colectivos (Romão, 1977: 16).

Por volta de Dezembro de 1974, o número de mulheres desempregadas tinha quase duplicado: era de 23 320 e continuou a subir ao longo dos dois anos seguintes. Assim, havia 50 396 e 56 723 mulheres desempregadas, respectivamente, em Dezembro de 1975 e Março de 1976. Os números em Março de 1976 representavam 51,9% do número total de inscrições no Serviço Nacional de Emprego (Romão, 1976 a: 9).

Como, proporcionalmente, o número total de mulheres desempregadas era mais elevado do que o dos homens e a força de trabalho no País era essencialmente composta pelos últimos, os sectores económicos com mais elevado índice de desemprego coincidiam com as ocupações tradicionais femininas. De acordo com Rosa (1975: 12-13), de Junho a Dezembro de 1974, o número de despedimentos foi de 1031, 2942, 2504 e 2334, respectivamente, nas indústrias de «comidas e bebidas», «têxtil», «vestuário e calçado» e «electrónica».

As razões do elevado nível de desemprego feminino depois do 25 de Abril foram várias. Temos por um lado os baixos níveis salariais que as mulheres auferiam durante o Estado Novo. Assim, quando o Governo estabeleceu o salário mínimo nacional, as subidas salariais afectaram essencialmente os locais de trabalho com uma maioria de mulheres trabalhadoras. E, assim, enquanto algumas empresas com capital português poderiam eventualmente, ter sérias dificuldades em pagar tais salários, as empresas multinacionais estabelecidas no País aproveitaram a ocasião para o abandonar ou diminuir o peso de pessoal ao seu serviço. Como consequência, despedimentos colectivos eram na altura prática corrente ⁴⁶.

AS MULHERES COMO MEMBROS DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES DE BASE

Revolução

Elas fizeram greves de braços caídos. Elas brigaram em casa para ir ao sindicato e à junta. Elas gritaram à vizinha que era fascista. Elas souberam dizer salário igual e creches e cantinas. Elas vieram para a rua de encarnado...

(Maria Velho da Costa, *O Cravo*)

Como membros das organizações populares de base, as mulheres portuguesas desempenharam um papel de relevo no processo revolucionário desenvolvido no País depois do 25 de Abril ⁴⁷. Juntamente com os homens, as mulheres associaram-se aos movimentos populares de massa. Grupos mais

⁴⁶ Conscientes dos problemas sociais envolvidos, os vários governos tentaram impedir que os despedimentos colectivos se tornassem uma prática regular, e em Dezembro de 1974 e, depois, em 1975 eles foram regulamentados por leis que tinham a intenção de restringir os direitos das empresas a usarem esta prática. O caso das empresas que entraram em autogestão como forma de resolver os conflitos laborais será discutido na secção seguinte.

⁴⁷ O período revolucionário ocorreu entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Novembro de 1975. Foi durante este período que ocorreu a nacionalização da banca e dos seguros.

ou menos espontâneos que proliferaram por todo o País em breve se transformaram em instâncias de «poder popular», isto é, centros de participação directa dos trabalhadores na gestão dos seus locais de trabalho. Esses organismos estenderam-se em breve a uma variedade de locais — fábricas, serviços públicos, escolas, bairros residenciais — como centros principais de decisão popular. O movimento popular era apoiado pelo MFA, que em Julho de 1975 aprovou o Documento-Guia da Aliança Povo-MFA, apoiando as manifestações populares e preconizando um sistema político de democracia directa. Mais tarde, já em 1976, a nova Constituição da República reconhecia e regulamentava a gestão pelos trabalhadores (artigos 55.º e 56.º).

A participação das mulheres nas organizações populares de base constitui um papel ocupacional qualitativamente novo do ponto de vista histórico^{48, 49}. Assim, estas mulheres tiveram oportunidade de exercer publicamente o seu poder de decisão, capacidade que lhes tinha sido negada durante o Estado Novo. Parafraseando Arendt (1963: 127), o Estado Novo foi particularmente tirânico para com as mulheres, pois privou-as de liberdade pública, mas não necessariamente de bem-estar privado. Deste modo, e ao contrário dos homens, a participação das mulheres nestas organizações adquiriu um significado particular⁵⁰. Era um envolvimento numa nova área de actividade, exercido independentemente de «capacidades ou predisposições femininas».

As organizações populares de base incluíam uma grande variedade de grupos. O elo unificador entre eles era o desejo de exercício da «vontade popular». Como alguns autores (Poulantzas, 1976; Mandel, 1976) descrevem, a situação proporcionou aos trabalhadores um treino prático no exercício do poder. Mas para o período revolucionário ter vingado teria sido necessário um período de vários anos de poder popular.

Nesta secção serão tratados três pontos principais: primeiro, que a participação das mulheres nestas organizações constitui para elas um novo papel porque lhes permitiu o exercício de tomadas de decisão em público e representou, portanto, um novo conceito de cidadania. Segundo, esta sessão demonstra que estas mulheres apresentam traços de instabilidade e conflito conjugal e que, no papel de mães, desejam transmitir novos valores a seus filhos. E por último, a secção mostra que, nos múltiplos papéis que estas mulheres foram chamadas a desempenhar, a ambivalência estava presente.

⁴⁸ Fontes sobre a República (1910-26) mantêm-se lamentavelmente silenciosas acerca da contribuição das mulheres para o derrube da Monarquia e o incremento da vida associativa. No entanto, a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, um ramo do Partido Republicano, pode ser considerada a primeira organização feminina no País. Entre outros, estas mulheres lutaram para que fosse concedido às mulheres o primeiro direito de cidadania em igualdade com os homens — o direito de voto. Mas o papel que as mulheres puderam ter desempenhado na Carbonária, de certa forma uma organização basista, não é conhecido. De igual modo, pouco se sabe ainda hoje sobre a contribuição das mulheres para a vida associativa dos sectores industriais que empregavam uma maioria de mulheres durante este período.

⁴⁹ Na medida em que os partidos políticos e os sindicatos não tinham uma expressão real, as mulheres — tal como os homens — não podiam utilizar estas vias para expressar o seu descontentamento devido ao cerceamento das liberdades públicas durante o Estado Novo. Mas grupos clandestinos actuavam na sociedade, e, entre estes, as mulheres pertencentes ao Partido Comunista desempenharam um papel importante. A sua contribuição está bem documentada por Freitas, 1975, e Melo, 1975.

⁵⁰ O número de mulheres que em 1974-75 participaram nos órgãos de autogestão permanece desconhecido ainda hoje. Barreto, 1977: 682, declara que o número total de trabalhadores envolvido em formas de autogestão no sector industrial andava à volta de 30 000 em 1976. Mailer, 1977: 132, falava em duas mil comissões de trabalhadores por finais de Outubro de 1974. Pode-se dizer com segurança que o número de mulheres envolvidas em formas de autogestão era inferior ao dos homens, por um lado porque o número de mulheres empregadas era já de si muito inferior e, por outro, porque, à medida que o fervor revolucionário abrandava, as mulheres tinham tendência a abandonar tais organismos.

O trabalho nas organizações populares de base deu às mulheres a possibilidade de desempenharem um novo papel ocupacional pela sua participação em órgãos de democracia directa. Estas organizações resultaram da ocupação de vários locais de trabalho no objectivo de assumir o seu controlo e criaram no País uma situação de «poder dual», constituindo um desafio à ordem social anteriormente estabelecida. Assim, ao lado dos órgãos legalmente instituídos começaram a aparecer órgãos que exerciam um poder de decisão paralelo. A autogestão traduziu-se, em termos práticos, numa nova divisão social do trabalho, segundo a qual os trabalhadores eram chamados a desempenhar novas funções laborais. Estes novos órgãos significavam novas condições materiais de trabalho e a possibilidade de uma experiência de trabalho qualitativamente nova. Opunham-se à antiga administração, procuravam novas formas de organização colectiva e apareciam como representantes legítimos do local de trabalho no exterior.

Numa situação política altamente instável, com situações económicas por vezes precárias, os órgãos de autogestão lutaram pela legitimização do seu poder. Em termos gerais, tal luta pode ser caracterizada por uma necessidade de exercer uma acção directiva eficaz sem uma fonte de poder e autoridade claramente definida. As organizações precisavam de apoio legal e económico dos sucessivos governos no poder. E precisavam também de defender os interesses e satisfazer as reclamações dos trabalhadores. Para além disso, debatiam-se com um grave problema interno: as lutas ideológicas travadas entre os seus membros, as quais tornavam esses organismos, por vezes, incapazes de exercer eficazmente a sua acção. Como alguns autores têm referido (Arendt, 1963: 277; Poulantzas, 1978: 82), a politização das organizações era mais negativa do que positiva, pois dividia os trabalhadores e levava-os a lutarem pelo cumprimento das ordens do seu partido, em vez de os exercitar numa tentativa concreta de resolverem problemas comuns. E tais organismos mostravam bem ao nível basista as lutas ideológicas que os diversos partidos políticos de esquerda travavam a um nível mais elevado.

UM NOVO CONCEITO DE CIDADANIA

Estas mulheres, como foi visto, contribuíram para a tomada de decisões na esfera pública⁵¹. Segundo Arendt (1963: 220), os órgãos de poder popular são a única alternativa possível para os membros de uma sociedade participarem efectivamente na resolução dos seus problemas. Tais órgãos concedem aos seus participantes a oportunidade de «expressar, discutir e decidir» actividades do exercício da liberdade no seu sentido mais positivo.

O facto de, depois do 25 de Abril, o número de mulheres em altos cargos políticos ter aumentado, se bem que não significativamente, ilustra bem o carácter revolucionário da participação das mulheres nestas organizações^{52, 53}.

⁵¹ Essa participação não estava relacionada com o nível de instrução, variável, geralmente usada para promover pessoas a posições de poder nas democracias ocidentais. Para as mulheres membros das organizações, o número de anos de escolaridade era de 3,8 para as mulheres da classe operária e 8,9 para as da classe média.

⁵² O número de mulheres em altos cargos políticos permaneceu muito baixo depois do 25 de Abril. Em 1975, a Assembleia formada para redigir a Constituição de 1976 tinha apenas 19 mulheres num total de 247 lugares. A situação piorou no ano seguinte, na primeira Assembleia Legislativa do primeiro Governo constitu-

Como Poulantzas descreve (1976: 136), os membros das organizações populares de base estavam ideologicamente empenhados num processo de democratização conduzido pelas massas populares. Viam o 25 de Abril como uma possibilidade real de libertar poderosas forças sociais. O processo em curso era visto como uma oportunidade de inventar uma sociedade nova e construir um novo futuro. Os acontecimentos tinham aberto o caminho para a mudança social na qual desejavam participar. Todos os membros entrevistados expressavam, sem excepção, que sentiam — e com prazer — a consciência de que as coisas tinham mudado, que novos valores substituíam os antigos.

Como parte da nova consciencialização das relações de trabalho, os membros das organizações entrevistadas tiveram de lutar contra estereótipos sexuais dos seus colegas e, portanto, de travar uma luta que era exclusivamente delas e que revestia os foros de uma luta de classes. Uma dessas instâncias, particularmente agudas, dizia respeito às diferenças de salários entre trabalhadores femininos e masculinos, a qual, proibida por lei, continuava em acção. Curiosamente, Mandel (1976) refere como estas organizações deveriam ser particularmente sensíveis a novas áreas de consciência social, como, por exemplo, à questão feminina, e as lutas que algumas dessas mulheres travaram mostra bem a acuidade de tal questão.

CONFLITO E INSTABILIDADE CONJUGAL

Os membros das organizações populares de base revelavam traços de instabilidade marital, que se traduziam por quebras, quer afectivas quer instrumentais, da unidade do agregado familiar⁵⁴. Autores (Goode, 1960; Kahn, Wolfe, Quinn e Snoek, 1964) definem a instabilidade marital como resultante da insatisfação de expectativas referentes à realização do papel dos cônjuges, sendo estas expectativas derivadas de normas ideais de conduta e conceitos de obrigações mútuas.

Os casos apresentados tinham elementos comuns. Casos havia em que as mulheres desempenhavam o papel de chefe de família e principal sustento do lar, devido à falta permanente da presença de um homem adulto; noutros casos havia um novo modelo de acordo financeiro, segundo o qual cada cônjuge guardava o seu ordenado e contribuía com uma quantia aproximadamente igual para as despesas da casa. Noutros casos, as mulheres queixavam-se veementemente — especialmente na classe operária — da falta de ajuda por parte dos maridos na realização das tarefas domésticas. Estes conflitos apontavam todos para um novo papel desempenhado pela mulher no lar, segundo o qual elas assumiam um papel socialmente atribuído aos homens, ou punham em questão um papel que lhes era atribuído a elas próprias em função do seu sexo.

Mas havia casos em que a instabilidade conjugal estava directamente relacionada com o 25 de Abril. Um dos exemplos mais frequentes era o da tentativa de interrupção do trabalho das mulheres nos órgãos de gestão por parte

cional (Comissão da Condição Feminina, 1976). Nos vários governos provisórios, nomeados pouco depois do 25 de Abril, não houve mais de meia dúzia de altos cargos da administração pública dados a mulheres.

⁵³ Durante o Estado Novo, o número de mulheres que exerceram poder foi lamentavelmente baixo. Nas várias assembleias legislativas quase não houve mulheres durante meio século. E, ao nível local, a alta administração pública era esmagadoramente masculina.

⁵⁴ Tal instabilidade não apresentava traços característicos em cada uma das classes sociais estudadas; apenas todas as mulheres da classe operária declaravam que os maridos lhes bateram durante discussões.

dos maridos, e tais disputas mostravam bem o impacto do processo revolucionário na vida familiar. Um dos casos curiosos referidos era o de um dos maridos que não se importava que a mulher fosse membro da comissão de trabalhadores, mas não a queria como delegada sindical. Segundo ele, o trabalho no sindicato envolvia um maior grau de visibilidade pública. A delegada sindical recorria então a terceiros para negociar com o marido (Goode, 1960) a sua participação. Mas, no entanto, embora tentando negociar através dos colegas ou dos filhos, dava ao marido o direito legítimo de esperar determinado comportamento da parte dela (Gross, Mason McEachern, 1958: 248). E o resultado era que, embora tivesse referido várias tentativas de suicídio, quando confrontada com as exigências do marido, ela comprometia o seu papel de participante no sindicato e submetia-se às expectativas do marido em relação ao seu papel de esposa.

NOVO PAPEL COMO MÃES E EDUCADORAS

Ao mesmo tempo que tentavam instilar nos filhos novos valores e novas normas de conduta, os membros das organizações populares de base estavam empenhados no desempenho de novos papéis sociais, quer como mães, quer como educadoras. Os principais valores mencionados eram: cidadãos conscientes que soubessem enfrentar as suas responsabilidades sociais; fiéis às leis de uma sociedade socialista; afeitos aos interesses da comunidade; gozarem de liberdade de expressão sem ofender os outros; serem pessoas produtivas, e não parasitas; aprenderem a partilhar. Eram particularmente interessantes os valores que algumas destas mães expressavam em relação às filhas. Muitas delas não colocavam qualquer ênfase em valores como o casamento ou a castidade pré-matrimonial.

Tendo em conta o papel desempenhado pelas mulheres no cuidado e bem-estar das famílias, não é de surpreender que algumas destas mulheres estivessem também envolvidas em comissões de moradores nos seus bairros de residência. Algumas delas tinham já trabalhado em iniciativas como a instalação de creches. Nesta matéria é curioso referir que a contribuição das mulheres para a vida pública se referia a uma área tradicionalmente feminina: o cuidado dos filhos. Assim, em comparação com as donas de casa e as mulheres empregadas, estas mulheres estavam, de facto, à procura de novas soluções para um velho problema. Encontramos o caso da participação feminina numa esfera tradicionalmente a elas atribuída — o cuidado dos filhos — mas agora no contexto de uma nova acção pública. A partir de uma necessidade de cariz privado e familiar, as mulheres tinham tomado decisões colectivas, e desta vez fora da esfera do agregado familiar.

No que diz respeito ao papel de educadoras, também aqui encontramos exemplos de instilação de novos valores, e grande parte das polémicas centravam-se na dificuldade de a escola desempenhar um papel de democratização perante a origem social dos alunos.

AMBIVALÊNCIA

As mulheres membros das organizações populares de base surgem nitidamente como cristalizadoras de um processo revolucionário em curso em Portugal em 1974-75. A sua actuação caracterizava-se por conflitos nas três instâncias em que participavam — nos vários tipos de organizações, no local de trabalho, como trabalhadoras, e nos agregados familiares, como donas de

casa, esposas e mães. Ambivalência, mais do que conflito, parece ser um termo adequado para descrever a situação, pois implica uma relação social caracterizada por expectativas normativas contraditórias em relação a atitudes, crenças e comportamentos.

Em 1976, a ambivalência dos membros das organizações populares de base manifestava-se por uma certa descida do seu grau de participação. Um motivo que aparecia como legítimo aos olhos de todas era que elas «precisavam de dar assistência à casa». Assim, elas estavam a «redistribuir o seu tempo e espaço», para usar a expressão de Coser (1966: 178), passando menos tempo nas organizações e mais tempo em casa. O resultado final foi que voltaram a transferir a sua participação da esfera pública para a privada.

A ambivalência estava também presente nas relações de trabalho e nas relações familiares. Como vimos, os papéis desempenhados nos órgãos de autogestão afectaram o seu papel de trabalhadoras e manifestaram-se por conflito em relação aos colegas. Em relação à situação familiar, era difícil prever na altura a saída para o conflito marital vivido. Como autores demonstraram (Lewis, 1975; Sprey, 1969), o equilíbrio e a harmonia não são necessários para a continuação ou estabilidade das famílias. Os membros dos agregados familiares podem continuar ligados apesar de conflitos agudos. De igual modo, só o futuro pode provar a fecundidade dos novos valores — e da nova educação — que estas mulheres desejavam para os filhos.

Lima afirmava em 1979 (81) que a ambivalência era o termo que caracterizava melhor a situação da Europa meridional. Politicamente, era certamente esse o caso de Portugal. Do ponto de vista individual, é difícil avaliar hoje o resultado da participação das mulheres nas organizações populares de base. Sociologicamente, em vez de falar de «*derivantes* sociais», é mais útil olhar estas mulheres como participantes num processo revolucionário em que, de acordo com Sieber (1974), a acumulação de papéis poderia ter tido sobre elas um efeito positivo em termos de enriquecimento da personalidade e de gratificação do ego, ou que, de acordo com Freire (1970), poderia ter elevado o seu nível de consciência política e social a um ponto irreversível.

CONCLUSÃO

Os resultados deste estudo permitem uma breve síntese. Em primeiro lugar, a classe social parece mais significativa do que o emprego das mulheres na explicação de variações nas estruturas familiares. Uma comparação entre os agregados familiares da classe operária e os da classe média mostra que os últimos se caracterizam por um maior grau de camaradagem entre os cônjuges, uma situação que tem repercussões numa variedade de padrões. Estes resultados estão de acordo com estudos marxistas a vários níveis. Um é a importância da noção de classe para explicar diferenças de comportamento social, aliás já enfatizado para Portugal por outros autores (Martins, 1971). Outro é a noção de que a participação das mulheres na produção é apenas uma pré-condição para a mudança dos papéis que elas desempenham (Bens-ton, 1969; Mitchell, 1977; Guettel, 1974). No entanto, as características desprivilegiadas da força de trabalho feminina no País podem, em parte, explicar estes resultados.

O segundo resultado deste estudo é a conclusão de que o facto de as mulheres desempenharem uma combinação de papéis produtivos e públicos lhes deu um novo conceito de cidadania e alterou as estruturas dos seus agrega-

dos familiares. Assim, é à luz do trabalho realizado nas organizações de base que o papel produtivo das mulheres adquire o seu pleno significado. A participação no mundo produtivo tornou possível a sua contribuição para a vida pública, através das condições materiais proporcionadas pelas organizações populares de base.

Em termos de teoria sociológica, o estudo procurou discutir algumas questões levantadas por autores marxistas ao nível da micrescala. Considerando, no entanto, a falta de investigação em Portugal sobre esta matéria, o estudo revestiu-se dum carácter exploratório. E, assim, os resultados agora apresentados poderão ser hipóteses para novos estudos. Mais especificamente, mulheres profissionais com posições de chefia poderiam ser estudadas a fim de clarificar o impacto dos seus papéis tanto dentro como fora do lar. Finalmente, espera-se que o teor revolucionário do 25 de Abril tenha ficado bem patente.

BIBLIOGRAFIA SELECCIONADA

- Agria, Fernanda, «A mulher e o trabalho: características do trabalho feminino na época actual», in *Estudos Sociais e Corporativos*, 1968, n.º 28, pp. 90-113.
- Almeida, M. Susana, Almeida, M. Elisa, e Ferreira, M. Graciete, «O operário — inquérito a uma população fabril (cont.)», in *Indústria Portuguesa*, 1967, n.º 40, pp. 512-523.
- Arendt, Hannah, *On Revolution*, Nova Iorque, The Viking Press, 1963.
- Banks, Olive, *The Sociology of Education*, edição revista, Nova Iorque, Schocken Books, 1976.
- Banton, Michael, *Roles: An Introduction to the Study of Social Relations*, Londres, Tavistock Publications Limited, 1965.
- Barton, Allen H., e Lazarsfeld, Paul F., «Qualitative support of theory», in *Issues in Participant Observation: A Text and Reader*, pp. 239-245, editado por George McCall e J. L. Simmons, Massachusetts, Addison Wesley Publishing Company, 1969.
- Beauvoir, Simone de, *The Second Sex*, traduzido e editado por H. M. Parshelt, Nova Iorque, Random House, 1952.
- Benston, Margaret, «The political economy of womens' liberation», in *Monthly Review*, 1969, n.º 21, pp. 13-26.
- Bereday, George Z. F., *Comparative Method in Education*, Nova Iorque, Holt, Rinehart and Winston, 1964.
- Berger, Peter L., *Invitation to Sociology: A Humanistic Perspective*, Nova Iorque, Doubleday and Company, Inc., Anchor Books, 1963.
- Berger, Peter L., e Luckmann, Thomas, *The Social Construction of Reality*, Nova Iorque, Doubleday and Company, Inc., 1967.
- Blood, Robert O., e Hamblin, R. L., «The effect of the wife's employment on the family power structure», in *Social Forces*, 1958, n.º 36, pp. 347-352.
- Blood, Robert O., e Wolfe, Donald M., *Husbands and Wives: The Dynamics of Married Living*, Nova Iorque, The Free Press, 1960.
- Bott, Elizabeth, *Family and Social Network*, 2.ª ed., Nova Iorque, The Free Press, 1971.
- Bourdieu, Pierre, e Passeron, Jean-Claude, *Les Héritiers: Les Étudiants et la Culture*, Paris, Éditions Minuit, 1964.
- Bowles, Samuel, e Gintis, Herbert, *Schooling in Capitalist America*, Nova Iorque, Basic Books, 1976.
- Boxer, C. R., *Mary and Misogyny: Women in Iberian Expansion Overseas. 1415-1815. Some Facts, Fancies and Personalities*, Londres, Gerald Dockworth and Company Limited, 1975.
- Burns, Scott, *Home, Inc.: The Hidden Wealth and Power of the American Household*, Garden City, N. Y., Doubleday, 1975.
- Clausen, John A. (ed.), *Socialization and Society*, Bóston, Little, Brown and Company, 1968.
- Código Civil, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Comissão da Condição Feminina, *Participação das Mulheres na Vida Sindical, Cívica e Política*, Lisboa, «Cadernos Condição Feminina», 1976.
- Constituição da República Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1976.
- Cornaz, Maria Immita, *Travail Professionnel de la Mère et Vie Familiale*, Lausana, Librairie Payot, 1964.

- Coser, Rose Laub, «Authority and structural ambivalence», in *The Family: Its Structure and Functions*, pp. 370-383, editado por Ruth Laub Coser, Nova Iorque, St. Martin's Press, 1964.
- «Role distance, sociological ambivalence, and transitional status system», in *American Journal of Sociology*, 1966, n.º 72, pp. 173-188.
- Coser, Rose Laub, e Rokoff, Gerald, «Women in the occupational world: social disruption and conflict», in *The Study of Society: An Integrated Anthology*, 3.ª ed., pp. 446-463, editado por Peter I. Rose, Nova Iorque, Random House, 1967.
- Costa, Maria Velho da, *O Cravo*, Lisboa, Moraes Editores, 1975.
- Cruz, Raul da, *Operários em Diálogo*, Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária, 1976.
- Cruzeiro, Maria Eduarda, e Antunes, M. L. Marinho, «A composição socioprofissional de uma população: um instrumento para a sua determinação», in *Análise Social*, 1973, n.º 38, pp. 352-366.
- Cutileiro, José, *A Portuguese Rural Society*, Oxford University Press, 1971.
- Dahrendorf, Ralf, «Recent changes in the class structure of European societies», in *A New Europe?*, pp. 291-336, editado por Stephen R. Graubard, Bóston, Beacon Press, 1963.
- Descamps, Paul, *Le Portugal: Vie Sociale Actuelle*, Paris, Firmin-Didot et Compagnie Éditeurs, 1935.
- Duarte, Maria Palmira, *A Imagem da Mulher na Sociedade*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1967.
- Economia Doméstica*, Lisboa, Secretariado Nacional de Informação, «Cadernos do Povo», 1945.
- Epstein, Cynthia Fuchs, *Woman's Place: Options and Limits in Professional Careers*, Berkeley, University of California Press, 1970.
- Erikson, Erik H., *Childhood and Society*, 2.ª ed., Nova Iorque, W. W. Norton and Company, Inc., 1963.
- Ferreira, Eduardo Sousa, *Origens e Formas de Emigração: o Impacto da Emigração sobre o Desenvolvimento Português*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976.
- Figueiredo, António, *Portugal: Fifty Years of Dictatorship*, Londres Penguin Books, Inc., 1975.
- Freidan, Betty, *The Feminine Mystique*, Nova Iorque, Dell Publishing Co., 1963.
- Freire, Paulo, *Pedagogy of the Oppressed*, Nova Iorque, Herder and Herder, 1970.
- Freitas, Gina, *A Força Ignorada das Companheiras*, Lisboa, Plátano Editora, Edição Combate, 1975.
- French, John R., «Experiments in field settings», in *Research Methods in the Behavioral Sciences*, pp. 98-135, editado por Leon Festinger e Daniel Katz, Nova Iorque, Holt, Rinehart and Winston, 1953.
- Goode, William, «A theory of role strain», *American Sociological Review*, 1960, n.º 25, pp. 483-496.
- *The Family*, Nova Jérsey, Prentice-Hall, Inc. Foundations of Modern Sociology Series, 1964.
- Greer, Germaine, *The Female Eunuch*, Londres, MacGibbon and Kee, 1970.
- Guettel, Charnie, *Marxism and Feminism*, Toronto, Charnie Guettel and Canadian Women's Educational Press, 1974.
- Hacker, Helen Mayer, «Women as minority group», in *Social Forces*, 1952 n.º 30, pp. 60-69. Instituto Nacional de Estatística, *11.º Recenseamento da População*, vol. II, Lisboa, Serviços Centrais, 1970.
- *Portugal 78*, Lisboa, Serviços Centrais, 197.
- Kahn, Robert L., Wolfe, Donald M., Quinn, Robert P., e Snoek, J. Diedrock, *Organizational Stress Studies in Role Conflict and Ambiguity*, Nova Iorque, John Wiley and Sons, Inc., 1964.
- Katz, Daniel, «Field Studies», in *Research Methods in the Behavioral Sciences*, pp. 56-97, editado por Leon Festinger e Daniel Katz, Nova Iorque, Holt, Rinehart and Winston, 1953.
- Kohn, Melvin L., «Social class and parental values», *American Journal of Sociology*, 1959 a, n.º 64, 337-351.
- «Social class and the exercise of parental authority», in *American Sociological Review*, 1959 b, n.º 24, pp. 252-366.
- *Class and Conformity*, Illinois, The Dorsey Press, 1969.
- «Social class and parent-child relationships: an interpretation», in *American Journal of Sociology*, 1962, n.º 68, pp. 471-480.
- Kamarovsky Mirra, *Blue Collar Marriage*, Nova Iorque, Vintage Books, 1962.
- Lamas, Maria, *As Mulheres do Meu País*, Lisboa, Actualis, L.ª, 1948.
- Lazarsfeld, Paul F., *Qualitative Analysis: Historical and Critical Essays*, Bóston, Allyn and Bacon, Inc., 1972.

- Leis da Família*, Lisboa, Imprensa Nacional, 25 de Dezembro, 1910.
- Lewis, Oscar, *La Vida*, Nova Iorque, Random House, Inc., 1965.
- Lima, Marinus Pires de, et al., «Fábrica Simões: autogestão ou delegação de poderes? Estudo de um caso numa empresa intervencionada», in *Análise Social*, 1979, n.º 50, 355-419.
- Linz, Juan, «Europe's Southern frontier: evolving trends towards what?», in *Deadalus*, 1979, n.º 108, pp. 175-209.
- Lofland, John, *Analyzing Social Settings*, Belmont, Califórnia, Wadsworth Publishing Company, Inc., 1971.
- Lopata, Helena Z., *Occupation: Housewife*, Oxford, Oxford University Press, 1971.
- Lourenço, Eduardo, *O Fascismo nunca Existiu*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1976.
- *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978.
- Lucena, Manuel de, *A Evolução do Sistema Corporativo Português. I. O Salazarismo*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976.
- Mailer, Phil, *Portugal: The Impossible Revolution?*, Londres: Solidarity, 1977.
- Mandel, Ernest, «Revolutionary strategy in Europe», in *New Left Review*, 1976, n.º 100, pp. 97-137.
- Marques, A. H. de Oliveira, *History of Portugal*, vol. II, Nova Iorque, Columbia University Press, 1972.
- Martins, Herminio, «Portugal», in *Contemporary Europe: Class, Status and Power*, pp. 60-90, editado por M. S. Archer e S. Giner, Reading, The University of Reading, 1971.
- «Portugal», in *European Fascism*, pp. 302-336, editado por S. J. Woolf, Londres, Wiedenfeld and Nicolson, 1968.
- Mead, Margaret, *Male and Female: A Study of the Sexes in a Changing World*, Nova Iorque, William Marrow and Company, 1949.
- Melo, Rose Nery Nobre de, *Mulheres Portuguesas na Resistência*, Lisboa, Seara Nova, 1975.
- Merton, Robert K., *Social Theory and Social Structure*, Nova Iorque, The Free Press of Glencoe, 1974.
- Merton, Robert K., e Kendall, Patricia L., «The focused interview», in *The Language of Social Research*, pp. 476-489, editado por Paul F. Lazarsfeld e Morris Rosenberg, Nova Iorque, The Free Press, 1955.
- Millett, Kate, *Sexual Politics*, Nova Iorque, Avon Books, 1969.
- Miranda, David, *Estimativa da População Activa Portuguesa por Sexos 1890-1970*, Lisboa, 1975 (policopiado).
- Mitchell, Juliet, *Woman's Estate*, Nova Iorque, Vintage Books, 1971.
- Moura, Helena Cidade, «Reflexões sobre um inquérito à juventude», in *Informação Social*, 1969, n.º 15, pp. 115-121.
- Nações Unidas, *Demographic Yearbook for 1959*, Nova Iorque, United Nations, 1959.
- Nazareth, J. Manuel, *O Envelhecimento da População Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1979.
- Nunes, Adérito Sedas, e Miranda, David, «A composição social da população portuguesa: alguns aspectos e implicações», in *Análise Social*, 1969, n.os 27-28, pp. 333-382.
- Oakley, Ann, *The Sociology of Housework*, Nova Iorque, Patheon Books, 1974.
- Oliveira, Mário M. G. Costa, *Estimativas da Evolução da População e do Emprego no Continente Português, 1953-1975*, Lisboa, Fundo do Desenvolvimento da Mão-de-Obra, 3.º suplemento aos n.os 11/12 do *Boletim* bimestral, 1966.
- Oliveira, J. Vidal, *A Mulher na Sociedade Portuguesa*, Lisboa, 1975, (policopiado).
- Organization for Economic Co-operation and Development, *Portugal*, Paris, OECD, Economic Surveys, Department of Economics and Statistics, Novembro de 1976.
- *Portugal*, Paris, OECD, Economic Surveys, Departement of Economic and Statistics, Dezembro de 1977.
- Poinsard, Léon, *Portugal Ignorado*, Porto, Magalhães e Moniz, L.^{da}, 1912.
- Poulantzas, Nicos, *The Crisis of the Dictatorships, Portugal, Greece, Spain*, Londres, NLB, Atlantic Highlands, Humanities Press, 1976.
- «Dual power and the State», in *New Left Review*, 1978, n.º 109, pp. 75-88.
- Richardson, Stephen A., Dohrenwend, Barbara Snell, e Klein, David, *Interviewing: Its Form and Functions*, Nova Iorque, Basic Books, 1965.
- Riegelhaupt, Joyce F., *In the Shadow of the City: Integration of a Portuguese Village*, Ph. D. dissertation, Columbia University, Department of Anthropology.
- Romão, Isabel, *Participação das Mulheres na Vida Sindical, Cívica e Política*, Lisboa, Comissão da Condição Feminina, «Cadernos Condição Feminina», 1976.
- *Situação de Desemprego das Mulheres Portuguesas*, Lisboa, Comissão da Condição Feminina, «Cadernos Condição Feminina», 1976 a.
- *Situação de Desemprego das Mulheres Portuguesas*, Lisboa, Comissão da Condição Feminina, «Cadernos Condição Feminina», 1976 b.

- *Discriminações Salariais contra as Trabalhadoras Portuguesas. Remunerações Praticadas*, Lisboa, Comissão da Condição Feminina, «Cadernos Condição Feminina», 1977.
- *Situação de Desemprego das Mulheres Portuguesas Perante a Educação*, Lisboa, Comissão da Condição Feminina, «Cadernos Condição Feminina», 1978.
- Rosa, Eugénio, *A Economia Portuguesa em Números*, Lisboa, Moraes Editores, 1975.
- Salazar, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, vol. I, 1930-34, vol. II, 1935-37, vol. III, 1938-45, vol. IV, 1946-50, vol. V, 1951-58, vol. VI, 1959-66.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos, Lima, Marinús Pires de, e Ferreira, Vítor Marias, «As lutas sociais nas empresas e a revolução do 25 de Abril», in *Análise Social*, 1975, n.ºs 42-43, pp. 266-335.
- Selltiz, Claire, Wrightsman, Lawrence S., e Cook, Stuart W., *Research Methods in Social Relations*, 3.ª ed., Nova Iorque, Holt, Rinehart and Winston, 1976.
- Sieber, Sam D., «Towards a theory of role accumulation», in *American Sociological Review*, 1974, n.º 39, pp. 567-578.
- Silva, F. Marques, *O Povoamento da Metrópole Observado através dos Censos*, Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Demográficos, 1970.
- Sprey, Jetse, «The family as system in conflict», in *Journal of Marriage and the Family*, 1969, n.º 31, pp. 699-706.
- Stinchcombe, Artur, *Constructing Social Theories*, Nova Iorque, Harcourt, Brace and World, Inc., 1968.
- Warner, Marina, *Alone of All Her Sex: The Myth and the Cult of the Virgin Mary*, Nova Iorque, Alfred A. Knopf, 1976.
- Willems, Emilio, «A família portuguesa contemporânea», in *Sociologia*, 1955, n.º 17, pp. 3-55.
- Wolf, Eric, «Kinship, friendship and patron-client relations in complex societies», in *The Social Anthropology of Complex Societies*, pp. 1-22, editado por Michael Baton, Londres, Tavistock, 1966.
- Young, Michael, e Willmott, Peter, *The Symmetrical Family*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1973.